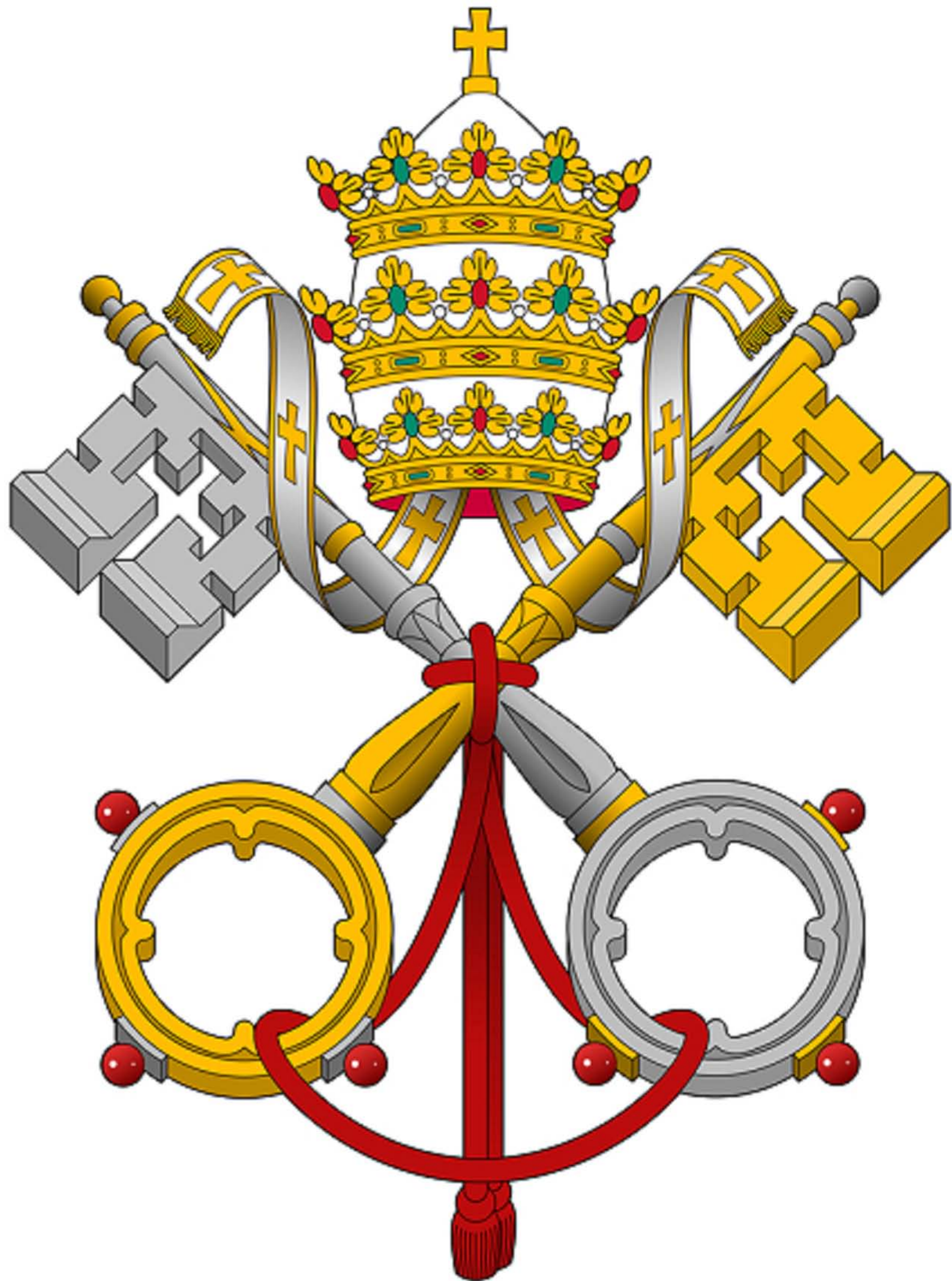




ANÁLISE LÓGICA DA TESE DITA DE CASSICIACUM

1ª Parte: *La Voie*, nº 21 (Primavera de 1991)

Parte I:

1. A pedido de vários dos nossos leitores, examinaremos aqui a chamada tese de Cassiciacum. Ao contrário do que este nome possa sugerir, não tem qualquer ligação com o ensinamento ou com a pessoa de Santo Agostinho; seu nome foi emprestado de uma revista, *Les Cahiers de Cassiciacum*, onde foi publicada em 1979.

RESUMO DA TESE

2. Nós a resumiremos o mais brevemente possível.

Segundo o seu autor, Monsenhor Guérard des Lauriers, e os seus discípulos, desde 7 de dezembro de 1965, data da promulgação da Declaração Conciliar "*Dignitatis humanæ personæ*", da qual "uma proposição é uma heresia, quando deveria ter sido uma verdade infalivelmente revelada"¹, o ocupante da Sé Apostólica cessou de ser formalmente papa; ele não mais desfruta da assistência divina prometida por Cristo à Sua Igreja; é portanto privado da autoridade pontifícia² e, conseqüentemente, do direito de governar e ensinar a Igreja; seus atos de magistério e governo são inválidos³.

Contudo, ele continua materialmente papa e, neste sentido, é "nosso Pontífice"⁴, ocupando por direito a Sé Apostólica⁵ que, conseqüentemente, não pode receber outro ocupante⁴.

Por papa material deve-se entender um papa em potencial, alguém que **pode** ser papa, mas **não o é** atualmente.

Por papa formal entende-se um papa no sentido pleno dessa palavra, um homem que **É** atualmente papa, porque recebeu de Deus aquilo que faz um papa ser papa, a saber, a forma do pontificado supremo, que consiste no pleno poder de jurisdição universal (cf. cânon 219).

3. Todos os papas que a Igreja Católica conheceu desde a sua fundação são papas formais; a ideia de um potencial papa ter direito ao título de Romano Pontífice e à Sé Apostólica é uma novidade, no sentido de que nada, absolutamente nada nos autoriza a deduzir da Sagrada Escritura ou da Tradição Apostólica, as duas únicas fontes da Revelação divina, nem mesmo da história da Igreja, a possibilidade da existência de um tal papa.

Neste sentido, estamos, portanto, a lidar a uma doutrina puramente humana cuja racionalidade iremos examinar, ao menos de início.

AS DUAS PROPOSTAS DA TESE

4. Vimos que, no seu conjunto, a tese se resume a duas proposições:

A **primeira**, a saber, que Paulo VI, tendo sido privado da jurisdição suprema por Jesus Cristo, deixou formalmente de ser papa, Esta primeira proposição é aos olhos do autor uma **realidade**⁶, um fato estabelecido com uma certeza da ordem até mesmo da Fé⁷.

Da **segunda proposição**, segundo a qual Paulo VI não deixou de ser materialmente papa, o autor nos diz que é baseado somente **na aparência**⁶.

A SEGUNDA PROPOSIÇÃO: UM FATO DUVIDOSO

5. Esta segunda proposição evidentemente não se infere da primeira. *A priori*, aquele que perde a forma do pontificado, isto é, o poder de governar e ensinar a Igreja universal, perde, pelo mesmo fato, o pontificado, o qual não pode existir sem sua forma no sujeito da estreita união, ou seja, no escolhido do conclave. Novamente, é a forma, no significado filosófico deste termo, o que faz uma coisa ser o **que** ela é. Sem forma uma coisa **não é**; em alguns casos, só **pode** ser, o que é diferente.

Tomemos dois exemplos: um bloco de mármore pode tornar-se uma estátua, mas ele não o é, enquanto o escultor não o fizer, não lhe der o formato. Da mesma forma, um ordenando pode ser um sacerdote, mas não o é até à sua ordenação, o sacramento da ordem sendo como a forma do sacerdócio.

6. Dir-se-á que aquele que perdeu o papado não foi portanto deposto? Para tentar demonstrar a possibilidade deste círculo quadrado, deveríamos pelo menos, parece-nos, tentar invocar algum princípio certo ou um fato indiscutível, não de uma "aparência" que, como tal, não pode constituir a base racional de uma demonstração.

E, contudo, é sobre a "aparência"⁶, como ele mesmo diz, que o autor se apoiará para tentar estabelecer a ocupação não de fato (que é óbvia), mas **de direito**⁵ da Sede de Pedro por homens como Montini ou Wojtyla, de quem ele mesmo nos recorda em outro lugar que são hereges, estando portanto "de direito, senão de fato, **fora** da Igreja, porque excomungados e anatematizados"⁸ pelo Concílio do Vaticano (1870).

7. O autor nem sequer nega a possibilidade da invalidade da eleição, em 1963, do Cardeal Montini e, via de consequência, a possibilidade de vacância da Sé Apostólica.

Ele admite sem dificuldade que "os argumentos desenvolvidos (para provar a heresia do Cardeal Montini) são certamente impressionantes, especialmente pela sua convergência"⁹ e constata depois do exame do texto de uma conferência proferida por Paulo VI¹⁰ antes da sua elevação ao pontificado soberano: "O pensamento do cardeal Montini está radicalmente corrompido pelo racionalismo ateu"¹¹.

E para concluir: "A segunda parte do texto citado constitui uma impressionante profissão de fé na doutrina teilhardiana, que conduz inevitavelmente ao culto do homem, e não à religião revelada (...). O Cardeal Montini tinha a fé quando foi eleito Papa? A eleição foi válida? Nós limitamo-nos a recordar que **a questão permanece em aberto**."¹¹

A doutrina teilhardiana é uma das múltiplas variantes do panteísmo que, em certo sentido, equivale ao ateísmo, e em outro senso, à idolatria. O mínimo que se deve conceder, se não se quiser contradizer de forma demasiado visível, é que a ocupação da Sé Apostólica por Paulo VI **não parece estar** em conformidade com o direito, que uma dúvida pesa sobre a legitimidade desta ocupação.

Ora, a dúvida é um estado de equilíbrio entre afirmação e negação devido ao fato de que os motivos para afirmar se equilibram com os motivos da negação. Segue-se que o principal argumento invocado na tentativa de estabelecer o direito dos pontífices conciliares ao trono de Pedro, a chamada "aparência"⁶, se autodestrói.

UMA HIPÓTESE NÃO VERIFICADA

8. Seja qual for o caso em relação a este último ponto, que examinaremos mais adiante, a chamada tese de Cassiciacum seria antes uma **hipótese**, e uma hipótese **ilegítima**, pois pressupõe a validade da eleição do ocupante da Sé, portanto, a existência de um papa material, suposições que não são demonstradas nem por argumentos de razão ou autoridade, nem verificados em si mesmos ou em suas consequências.

É isto que os seus defensores admitem implicitamente, quando, depois de terem argumentado longamente, concluem com esta fórmula evasiva: "portanto, não é impossível que um sujeito seja papa materialmente" sem o ser "formalmente"¹².

Certamente, mas também não é impossível que um sujeito não é papa nem formal nem materialmente, quer esteja fora da Igreja, ou seja casado, ou bantu, quem sabe? Há uma infinidade de coisas que não são impossíveis, que portanto são possíveis. Com tais argumentos tudo fica provado e o oposto de tudo.

Contudo, os proponentes da hipótese deduzem paradoxalmente que, enquanto não tivermos provado contra ela, "deve-se" ter como **certo** o que, por sua própria admissão, só é **possível**, a saber que o chefe notoriamente herético da igreja conciliar é materialmente papa¹³. "Devemos", eles dizem. Os empurrões de autoritarismo não são razões.

A FONTE DA HIPÓTESE: UMA COMPARAÇÃO DE SÃO ROBERTO BELARMINO

9. A ideia de supor um Papa potencial para legitimar a ocupação da Sede de Pedro por um **inimigo da fé** surge a partir de uma comparação do Cardeal São Roberto Belarmino, uma comparação que discutiremos mais à frente, porque antes deve-se lembrar que este Doutor da Igreja rejeitou expressamente toda e qualquer suposição de um Papa herege.

"Está provado por argumentos de autoridade e razão que o herege manifesto é deposto *ipso facto*", escreve ele em seu livro "De Romano Pontífice"¹⁴.

Por "deposto *ipso facto*" se entende que o papa herege é deposto pela própria perpetração do crime de heresia, sem exigir julgamento ou mesmo declaração da Igreja.

“Um herege manifesto não pode ser papa, diz novamente São Roberto Belarmino. Um papa manifestamente herético **cessa por si mesmo** de ser papa e cabeça (da Igreja), da mesma forma que deixa de ser cristão e membro da Igreja”¹⁴.

Para São Roberto Belarmino, na verdade, como para todos os Padres da Igreja, e mais ainda para todos os ortodoxos, **aquele que não confessa a fé cristã não pode de modo algum ser membro da Igreja**.

10. Nestes pontos os defensores da tese se afastam da doutrina da Igreja.

Eles sustentam que aquele que ensina habitualmente a heresia¹⁵ e, portanto, não confessa a fé católica, mas alguma outra crença, não pode ser considerado herético, considerando que é humanamente impossível provar que ele tem intenção de ensinar heresia, ou seja, de fazer o que ele faz¹⁶.

Na opinião deles, somente o Papa e os bispos, que são divinamente inspirados, conhecem os pensamentos secretos dos homens; somente eles, portanto, têm o poder de atribuir a alguém uma qualificação pessoal e de lhe julgar¹⁶. Nessa perspectiva, um homem que mente habitualmente não pode ser chamado de mentiroso, nem aquele que habitualmente rouba, um ladrão, nem o indivíduo que comete assassinato após assassinato, um assassino. Em todo caso, seria impossível para um tribunal humano provar isso, o papa e os bispos, e somente eles, tendo o poder de estabelecer a culpa de alguém.

Isso complicaria estranhamente a vida jurídica e até mesmo a vida em geral, se fosse verdade.

Voltaremos mais tarde sobre esta **ficção** que é subjacente à tese de Cassiciacum e segundo a qual os membros da hierarquia são assemelhados aos deuses. Por enquanto, é suficiente notar que o Papa e os bispos não têm o poder de adivinhação que lhes é atribuído; porque “os próprios anjos desconhecem os pensamentos secretos dos corações, objetos conhecidos **somente por Deus**”¹⁷, como recorda São Tomás de Aquino.

Isto também é confirmado pelo Papa Leão XIII na sua encíclica “*Apostolicæ curæ*”: “De pensamento ou intenção, como é uma coisa **interior**, a Igreja não julga; mas a Igreja deve julgar a manifestação **exterior**”¹⁸.

A MATÉRIA E A FORMA DO SOBERANO PONTIFICADO, SEGUNDO SÃO ROBERTO BELARMINO

11. Voltemos à comparação que o autor tomou emprestada de São Roberto Belarmino.

“Os cardeais escreveram isto, quando eles criam um pontífice, exercem a sua autoridade não sobre o pontífice, uma vez que este ainda não existe, mas sobre a **matéria**, isto é, sobre a pessoa que de algum modo dispõem por eleição, para que receba de Deus a **forma** do pontificado”¹⁹.

O santo doutor compara aqui o homem sobre quem recai a escolha de um conclave a uma matéria capaz da forma que o divino Artista quer lhe impor. Esta forma, a autoridade pontifícia, é o elemento **determinante** que constitui o papa como tal; a matéria, representada pelo "papabile", é o elemento **determinável**; deve, portanto, ser **apta** a sofrer a ação do Agente. Com efeito, nem toda matéria recebe todas as formas²⁰; a um material líquido, por exemplo, um escultor não pode cinzelar a **forma** de uma estátua; um chefe de Estado não pode **formar** um governo a partir de uma matilha de cães; é necessário à forma uma matéria **apropriada**²¹. “Se um material não puder receber a forma imposta pelo artesão”, escreve Santo Agostinho, não poderemos dar-lhe o nome de matéria”²².

12. Segue-se que, para ser capaz da forma de papa, um sujeito deve, antes de tudo, ser "**formável**", portanto, neste caso, "papável" e, conseqüentemente, cumprir as três condições de elegibilidade do pontífice romano, que se enquadram no direito divino:

- 1) pertencer à Igreja;
- 2) ter o uso da razão;
- 3) ser capaz de receber as ordens sagradas.

Pela primeira condição se eliminam os infiéis, os apóstatas, os hereges e os cismáticos; pelo segundo, as crianças e os débeis mentais; pelo terceiro, as mulheres. A eleição de uma pessoa pertencente a uma dessas categorias seria nula de direito divino²³.

A ELEGIBILIDADE DOS PONTÍFICES "CONCILIARES"

13. Dito isto, saber se Paulo VI era materialmente papa, ou seja, se era **matéria apta** a sofrer ação do Agente Divino, devemos começar perguntando se João Batista Montini era **elegível**²⁴.

Nós consideramos o caso de Montini, porque é aquele que o autor do sistema de Cassiciacum examinou; os mesmos argumentos e as mesmas conclusões são válidas, "*mutatis mutandis*", para Karol Wojtyla.

Vimos que para o autor a hipótese de uma queda de Paulo VI em heresia antes de sua eleição não deve ser excluída; neste caso ele não seria elegível²⁴.

"Se assim fosse", escreveu ele, "nós consideramos que o Cardeal J.B. Montini nunca foi papa"²⁵.

Para alguns de seus discípulos, por outro lado, a dúvida é quase impossível; tanto Montini quanto Wojtyla detinham em suas pessoas todos os dados observáveis, necessários e suficientes para receber autoridade pontifícia de Deus²⁶; eles eram, sem dúvida, o "material" apropriado.

Esse certificado implícito de ortodoxia emitido a dois notórios modernistas parece ainda mais surpreendente porque os discípulos em questão não poderiam desconhecer a "perturbadora profissão de fé" do Cardeal Montini "na doutrina teilhardiana", segundo a expressão do seu mentor, doutrina publicada no Cadernos de Cassiciacum, para os quais colaboraram ou que leram¹¹, nem a adesão pública do Cardeal Wojtyla às doutrinas heréticas promulgadas pelo Concílio Vaticano II bem antes de sua ascensão ao pontificado supremo²⁷. Mas, qualquer que seja a divergência inicial de pontos de vista entre mestre e discípulos, todos concordam em apoiar que o ocupante da Sé Apostólica é e continua a ser potencialmente papa²⁸ e, conseqüentemente, pelo menos na sua ótica, papa **de direito**⁵.

MONTINI NUNCA RECEBEU A FORMA DO PONTIFICADO

14. Quanto à questão de saber se este ocupante nunca **recebeu de Deus a forma** do pontificado ou se a perdeu depois de recebê-la, eles a deixam sem resposta²⁹. O membro eleito do conclave, dizem eles simplesmente, obstruiu a recepção da forma, recusando-se no fundo do coração, num tempo que não especificam, a realizar o bem da Igreja³⁰. Nós podemos obviamente tudo imaginar. Essa falta de intenção seria deduzida pelos fatos observáveis, isto é, pelas heresias ensinadas pelo ocupante após sua eleição³¹.

Mas é fácil dar uma resposta a essa pergunta.

O autor admite, como vimos, que Paulo VI, ao promulgar em 7 de dezembro de 1965, uma declaração herética que deveria ter sido uma verdade divinamente revelada¹, não gozou da assistência divina prometida por Jesus Cristo à sua Igreja (Mt XXVIII, 20) e a Pedro (Lc XXII, 32).

Mas se ele não estivesse investido com a força **de não poder falhar** no exercício de seu ofício de doutor de todos os cristãos, é porque ele **nunca a tinha antes possuído**; caso contrário, ele **não poderia ter falhado**, como falhou, neste exercício. Assumir o oposto é absurdo.

Segue-se que Paulo VI morreu sem nunca ter recebido a forma do Pontificado. Resta saber se ele poderia ter recebê-lo ou se o seu sucessor, João Paulo II, pôde recebê-lo, ou seja, se um ocupante publicamente herético da Sé de Pedro é um papa em potencial, como afirmam os proponentes da hipótese.

O OCUPANTE É CAPAZ DA FORMA, SE...

15. Vimos que para o autor isso não deixa sombra de dúvida, apesar da eleição por ele reconhecida como possivelmente inválida do Cardeal Montini^{11, 25}, dados que ele não leva em conta em seu raciocínio, que desse fato é radicalmente distorcido. Um papa, limita-se a recordar, que pelo seu comportamento habitual e notório constitui um obstáculo à a comunicação dos poderes de Jesus Cristo, que o constituiriam papa "*formaliter*" (formalmente), tal papa permanece Papa "*materialiter*" (materialmente)³². "Ele é um sujeito imediatamente capaz de se tornar ou de se tornar novamente O Papa *formaliter*, se renuncia aos seus erros"³².

16. Este texto apresenta duas dificuldades, a primeira das quais já resolvemos: **o ocupante não pode "voltar a ser" o que que nunca foi, sendo contraditória a presunção de uma falha do magistério infalível** (supra § 14).

A segunda dificuldade advém do fato de o autor considerar o ocupante como "um sujeito imediatamente capaz de se tornar formalmente papa, se renunciar aos seus erros"³².

Como: "ele é capaz, **se ...?**"

Na situação atual, esse ocupante da Sé é capaz da forma do pontificado ou não? Ele pode ou não recebê-lo? E se ele não pode, se não for capaz disso "*hic et nunc*", não é o sujeito apropriado, no sentido filosófico dessa expressão ; portanto ele não é materialmente papa.

Mais uma vez, a matéria, como tal, tem a **capacidade** para formas, e se um sujeito não pode receber tal perfeição, tal forma adicionada (já que é de uma forma accidental, obviamente, é disso que se trata aqui), não podemos dar-lhe por analogia o nome de matéria (supra § 11).

UMA TENTATIVA DE EXPLICAÇÃO: A DISPOSIÇÃO FALTANTE

17. Dir-se-á que a **aptidão** de uma matéria para receber forma é desenvolvida pelas **disposições** que preparam a matéria ao ato, isto é, a essa recepção³³? e que, no caso em apreço, o ocupante da Sé ainda não dispõe de todas as disposições necessárias para esta situação? É o que sustentam os proponentes da tese³⁴.

Do fato de que o membro eleito do conclave ensina habitualmente heresia, dizem eles, se infere que ele não tem intenção de realizar o bem da Igreja; ou que essa intenção é a condição para receber de Cristo a forma do pontificado³⁵ que supõe o carisma da indefectibilidade; assim, enquanto esperamos que o ocupante da Sé mude as suas disposições íntimas e declare herético o Concílio Vaticano II, se deve sustentar que ele materialmente continua sendo papa³⁴, não sendo a ausência de boas intenções para com a Igreja um obstáculo à validade de uma eleição pontifícia³⁵.

Para o autor existe também uma **analogia** entre a falta de intenção do ocupante de realizar o bem da Igreja, e a recusa do pecador em receber a graça da justificação³⁶; em ambos os casos, a cooperação do sujeito por um movimento de sua vontade, seria necessária para obter as graças de Deus.

REFUTAÇÃO

1. A heterodoxia do sujeito

18. Esta opinião não pode ser defendida por duas razões, a primeira das quais é a seguinte.

De que o ocupante ensine heresia não deduzimos **imediatamente** a sua falta de intenção de alcançar o bem da Igreja, uma vez que entre estas duas proposições há juízos intermediários que o autor omitiu e que importa restabelecer, se não quisermos sair no escuro o ponto em discussão. Aqui reconstruímos o raciocínio do autor.

O ocupante ensina heresia. Ora, a heresia é um ato humano, isto é, **voluntário**. Então o ocupante quer ensinar heresia; ele tem essa **intenção**. Agora a heresia prejudica a Igreja; logo, o ocupante tem a intenção de prejudicar a Igreja. Daí decorre que, obviamente, que ele não tem intenção de prejudicá-la, nem, conseqüentemente, de alcançar **o bem** da Igreja.

Pois do fato de um homem realizar um ato, inferimos diretamente que ele deseja realizar este ato, e aquele ato, e não que ele não queira realizar o ato oposto. O **padrão** de vontade (ou intenção) de realizar um ato não pode ser inferido diretamente do que da não execução deste ato. Então uma mãe que não cuida dos seus filhos nos permite concluir imediatamente que ela não tem intenção de realizar o bem deles. Seria diferente se ela os torturasse; deduziríamos disso então diretamente sua intenção de prejudicá-los.

O mesmo raciocínio se aplica ao caso dos pontífices conciliares. Um João Paulo II não só omite, como no passado Papa Honório, para defender a fé ortodoxa contra os hereges; **João Paulo II se arruína ao ensinar heresia sistemática, pública e teimosa, forçando os católicos a ensiná-la**. Esses são factos notórios dos quais se deduz **imediatamente a sua vontade deliberada de eliminar completamente a fé Cristã, se isso fosse possível**.

A proposição elíptica do autor, que oculta a complicação desnecessária que introduz no seu raciocínio, parece-lhe ter sido ditada pela preocupação de velar, tanto quanto possível, a heresia do ocupante para melhor defender o seu chamado direito à Sé Apostólica. Em qualquer caso, a conclusão é que “o ocupante não tem intenção de alcançar o bem da Igreja”.

Assume como verdadeira a proposição antecedente na qual se baseia, a saber: “o ocupante pretende ensinar heresia”, portanto, agir mal, pois é esta proposição, e somente ela, que permite ao autor decidir sobre a intenção deste ocupante em relação ao **bem** da Igreja.

19. Daqui decorre que a famosa **disposição** que ainda faltaria aos eleitos do conclave para poderem receber de Jesus Cristo, a forma do papado, nada mais é do que **a ortodoxia**. Ora, a abdicação da fé divina por um sujeito não testemunha uma incapacidade acidental e, portanto, remediável de ocupar a Cátedra de Pedro; não é de todo, como um tenta fazer-nos crer, a partir de um detalhe comparável à falta de arranjo, de preparação do material para a recepção do formulário; é uma incapacidade **radical** do sujeito que, por isso, rejeita a condição de matéria. Um herege não pode de modo algum aceder ao pontificado soberano, como dissemos acima (supra § 12)²³, e não pertence a Monsenhor Guérard des Lauriers nem os seus discípulos,

modificar as condições de elegibilidade do sucessor de Pedro, que são de direito divino. Além disso, se quisermos considerar a ortodoxia como uma simples disposição a ser adquirida pelo sujeito após sua eleição, por uma questão de coerência, teremos de considerar como elegíveis as crianças que, nesta perspectiva, poderão sempre crescer e posteriormente receber a forma do pontificado, e os não batizados, sob o pretexto de que não é impossível que um dia a autoridade pontifícia vinda do alto os torne papas formais, se por acaso eles se converterem.

REFUTAÇÃO

2. As leis da Igreja. A Constituição “*Vacantis Apostolicae Sedis*”

20. A segunda razão para rejeitar a referida opinião é que ela **contradiz as leis da Igreja**, em particular a Constituição de Pio XII sobre a vacância da Sé Apostólica e a eleição do Romano Pontífice, “*Vacantis Apostolicæ Sedis*”³⁸, em termos dos quais não resta ao membro eleito de um conclave **nenhuma disposição** adicional a adquirir para poder desfrutar da plenitude de jurisdição universal. Tendo sido dado o “consentimento (do eleito para a eleição) (...)”, o funcionário eleito é **imediatamente** (*illico*) verdadeiro papa, e ele adquire **pelo fato mesmo** e pode exercer uma plena e absoluta jurisdição sobre todo o universo” (Cap. VII, 101).

O ENSINAMENTO DE SÃO ROBERTO BELARMINO

21. Além disso, é o que já emergiu muito claramente do texto que citámos de São Belarmino (supra §11), que explica que “os cardeais, quando criam um **pontífice**, exercem a sua autoridade não sobre o pontífice, uma vez que este ainda não o é, mas sobre a **matéria**, isto é, sobre a pessoa que eles **dispõem** de alguma maneira **por eleição**, para que ele receba de Deus a forma do pontificado”¹⁹. Esta pessoa é assim considerada a matéria apropriada desde **antes** da eleição, quando ainda é familiarmente chamado de “papável”, isto é, capaz de assumir a forma do papado.

Nós dizemos bem **antes** da eleição e não depois, porque é precisamente **pela eleição**, segundo São Roberto Belarmino, que os cardeais conferem àquele que **já é** materialmente papa (mas sim, senão esta expressão não teria nenhum sentido), a disposição que o prepara para a recepção da forma do papado, uma vez dado o seu consentimento a esta eleição.

O CÂNON 219

22. A prescrição de Pio XII acima citada (supra § 20)³⁸ encontra-se nestes termos no Código de Direito Canónico de São Pio X : "*Romanus Pontifex, legitime electus, statim ab acceptata electione, obtinet, iure divino, plenam supremæ iurisdictionis potestatem*" .

O Pontífice Romano, **legítimamente eleito**, obtém por direito divino, **imediatamente** após a aceitação da eleição, o pleno poder da jurisdição suprema (Cân. 219). Ele obtém isso imediatamente, em latim "*statim*"; Pio XII disse "prontamente" (*illico*).

Entre a aceitação do escolhido e o pleno poder dado por Deus, não há, portanto, o menor espaço para um pontificado material que "possíveis determinações posteriores"³⁴, segundo o sonho dos proponentes da Tese, preparariam ao ato.

Montini, como depois Wojtyla, **aceitou** a eleição que, para retomar à comparação de São Belarmino, o havia disposto, como uma matéria, para receber imediatamente (*statim*) a forma do papado. Portanto, e isso é uma evidência, ele não havia sido dotado da infalibilidade prometida pelo Salvador a Pedro (Lucas XXII, 32), nem, conseqüentemente, do poder de governar a Igreja.

Portanto, resta apenas **uma única** explicação possível, de acordo com o Cânon 219 acima, e é que Montini não era "legitimamente eleito", pelo menos por esta razão, que, **mesmo antes de sua entrada no conclave, ele não era papável**, no sentido próprio deste termo; ele não era, nunca foi, um papa em potencial, um papa material; **sua eleição é inválida**.

Além do mais os factos corroboram este raciocínio, pois é do conhecimento geral que Montini, tal como o seu sucessor Wojtyla, caiu em heresia muito antes de sua eleição.

23. Para contornar as prescrições do Cânon 219 e da Constituição "*Vacantis Apostolicæ Sedis*"³⁸, os defensores da Tese dizem que Montini não aceitou sinceramente a eleição; que ele não tinha boas intenções no que diz respeito à Igreja^{35, 36}; que *in pectore* ele havia recusado os poderes de Jesus Cristo³⁰;

Em suma, **eles dizem qualquer coisa**.

Neste tipo de **argúcias**, seria obviamente fácil responder que se Montini era contra Cristo, isso significa que ele não pertencia a Ele; que ele estava, portanto, fora da Igreja; que ele não era, portanto, elegível e que sua eleição era nula e sem efeito. Mas nós já dissemos o suficiente sobre o assunto. As leis da Igreja são o que são; o resto é literatura.

REFUTAÇÃO

3. A analogia entre o ato de justificação e a recepção do carisma da infalibilidade

24. Enfim, falta dizer uma palavra sobre a analogia que o autor diz ver entre a atribuição de infalibilidade ao membro eleito de um conclave e o dom da graça justificante aos justificados, porque ambos devem estar preparados e dispostos a essas graças por um ato da vontade (supra § 17, p. 11).

Não há analogia no relatório considerado, mas para entendê-lo é preciso primeiro saber o seguinte. A graça **justificante** ou santificante, que «nos torna aceitáveis aos olhos de Deus» (Efésios I, 6), é dada ao homem para sua própria justificação; os teólogos chamam isso de “*gratia gratum faciens*”. O **carisma** é uma graça dada gratuitamente (“*gratis gratis data*”) a um homem pela sua cooperação na justificação dos outros, segundo esta palavra do Apóstolo: “A cada um é dada uma manifestação do Espírito para o benefício” dos seus irmãos (I Cor XII, 7)⁴⁰. Esta graça excede as possibilidades da natureza não é **devida** ao homem a nenhum título.⁴⁰ Os dons da profecia, sabedoria, conhecimento, línguas e interpretação de discursos, que servem para instruir os outros nas verdades da fé, são todos exemplos da manifestação do Espírito na Igreja (cf. I Cor XII, 8-9). Tais dons não implicam necessariamente a graça santificante,⁴¹ embora Deus os conceda com mais frequência àqueles que estão em estado de graça, especialmente aos seus santos.

25. Além disso, há esta diferença entre a **graça justificante** e o **carisma**: uma é uma graça cooperante, a outra uma graça operante. A primeira é **cooperante** porque Deus, que começou a encaminhar para Si a vontade do homem, **coopera** com esta vontade cuja livre aquiescência à ação divina é, portanto, necessária para sua justificação⁴².

“Aquele que vos criou sem vós”, diz Santo Agostinho, “não vos justificará sem vós”.⁴³

O segundo, o carisma, é uma graça **operante**, porque Deus, ao favorecer alguém com seus dons sobrenaturais, **opera** sem sua assistência, e isso é compreensível.

O dom da sabedoria, que é o conhecimento das coisas divinas, como os mistérios, ou o da ciência, que é o conhecimento das coisas humanas, como realidades criadas que servem para demonstrar a existência e as perfeições de Deus, estes dois dons, por exemplo, são

dirigidos primeiro à inteligência, não à vontade, e portanto, não exigem seu consentimento. A melhor prova disto é que verdades até então desconhecidas muitas vezes se impõem ao nosso conhecimento sem que a nossa vontade tenha qualquer participação nele⁴⁴.

Assim, o carisma é, diverso da graça santificante que é uma qualidade divina inerente à alma, e contrariamente ao que afirma o autor de Tese⁴⁵, uma graça atual, não habitual, não transformadora, enfim, preventiva no sentido pleno da palavra; ele não supõe na pessoa que é favorecida por ela nem deliberação antecedente, nem intenção particular, nem disposição habitual da alma, sendo concedida sem qualquer mérito pessoal⁴¹.

É isso que o autor da Tese parece ter ignorado ao inventar uma analogia que não se baseia em nada. Mais uma vez, se há a necessidade de uma disposição do sujeito à graça santificante ou habitual que una a alma à Deus, fazendo-a participar de sua natureza (II Pe I, 4; I Jo III, 1-2)⁴⁶, por outro lado, ela não é necessária para receber de Deus o carisma da indefectibilidade ou qualquer carisma, que não produzem esta união⁴⁷.

26. A este respeito não é desinteressante citar um texto do Rev. Pe. Hérís O. P., em seu comentário sobre o ensino de São Tomás de Aquino sobre a graça:

“Certos estados ou funções na Igreja”, escreve ele, “podem postular a intervenção carismática do Espírito Santo, pelo menos em certas ocasiões; é o caso, por exemplo, do carisma da infalibilidade pontifício. Mas essa intervenção não se dará por **disposições íntimas** do sujeito favorecido deste ou daquele carisma, mas para satisfazer as necessidades da Igreja e a promessa de assistência que lhe é feita por Cristo (...). Os carismas (não estão ao serviço das almas que os possuem), mas ao serviço do Corpo Místico de a Igreja, e são as necessidades ou a utilidade da Igreja que explicam o dom feito dessas graças atualmente gratuitas a um indivíduo, não o **estado da alma** daquele que é por elas gratificado”⁴⁷.

Conclusão: a famosa disposição de alma exigida para a obtenção da forma do pontificado pelo ocupante da Primeira Sé é uma **ficção teológica** que visa dar à sua ocupação *de facto* uma aparência de direito sem a qual o absurdo da hipótese de Cassiciacum seria muito óbvio.

A VALIDADE DOS CONCLAVES DE 1963 E 1978

27. Nestas condições, não faz sentido esconder-se atrás da alegada validade dos conclaves de 1963 e 1978.

Para o autor “não é impossível que fossem válidos”⁴⁸. Daí se conclui que não é impossível que fossem inválidos.

Já observamos a inanidade do “princípio” no qual todo o sistema de Cassiciacum é baseado. (supra § 6, § 7).

Para os discípulos, por outro lado, não parece haver dúvidas quanto à validade dos conclaves que, segundo eles, conferiram ao seus eleitos uma “determinação” que se enquadra na “ordem **jurídica** da Igreja”⁴⁹, uma determinação que não poderia “aniquilar (que uma) outra determinação da mesma ordem jurídica, oposta à primeira” e procedente da mesma autoridade⁴⁹. Até então a teoria da permanência do papa material⁵⁰, eleito por um conclave válido³⁵, “ **se impõe**, não só de facto (...) mas **no direito e absolutamente**”⁵⁰. “*Sic volo, sic iubeo, pro ratione voluntas mea.*”

As **suposições gratuitas**, feitas em tom ameaçador, são características das doutrinas voluntaristas das quais a de Cassiciacum é um exemplo perfeito.

28. Uma determinação da ordem jurídica da Igreja “deve ser aniquilada”, nos dizem eles.⁴⁹ Muito bem, mas não podemos aniquilar aquilo que é ou existe, pelo menos em certo aspecto ou de certa maneira. Não podemos aniquilar o que não existe. Neste caso a questão é precisamente saber se o conclave de onde o ocupante herético emergiu eleito papa lhe conferiu uma tal determinação de ordem jurídica; em outros termos, se a eleição do referido conclave é válida. Eles respondem essencialmente que ela é em razão da “determinação jurídica inaugurada no sujeito pelo fato de ter sido eleito e de ter aceitado a sua eleição”⁵¹. Mas esta é uma petição de princípio, um raciocínio vicioso que pressupõe como verdadeiro o que está em questão. Isso por si só nos obriga a rejeitar como irracional toda a Tese de Cassiciacum.

Voltaremos a este assunto (abaixo § 40).

Examinaremos também a referida Tese, mas mais adiante, sob o seu aspecto canónico, para não deixar dúvidas sobre o perfeito **acordo** entre as leis da Igreja⁴⁸ e a reta razão. Por enquanto, como dissemos, é neste último aspecto que o consideramos, sem esquecer, porém, que **o que repugna a razão não pode concordar com a Fé** porque ambas vêm de Deus, que não pode se contradizer nem nos enganar.

AS PESSOAS ELEITAS NOS ÚLTIMOS CONCLAVES NÃO FORAM NOMEADOS POR DEUS, COMO DEVERIAM TER SIDO

29. Os partidários da Tese atribuem a eleição do Romano Pontífice à Igreja⁴⁸, o que é verdade no sentido de que a Igreja de Roma e, conseqüentemente, os cardeais reunidos em conclave podem ser considerados como resumindo a Igreja universal. Somente, quem diz Igreja diz Cristo, de quem ela é Corpo (Efésios I, 23; Cl I, 24). Ou Jesus Cristo rejeitou de fato os eleitos dos conclaves de 1963 e 1978^{2, 29}; Ele negou-lhes os poderes de ensinar e governar Sua Igreja, com o que os proponentes da tese concordam sem dificuldade²⁹.

Então Jesus não orou ao Seu Pai, que a fé de Montini ou de Wojtyla não desfaleça (cf. Lc XXII, 32); Ele não os fez pastores do Seu rebanho (cf. Jo XXI, 15-17); em suma, Ele recusou e recusa reconhecer neles os sucessores daquele a quem disse: "Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja" (Mt XVI, 18).

Porque ? O Senhor de repente se afastou de Sua Igreja, que Ele comprou com Seu sangue?

Isso é absolutamente impossível. Ou Ele deixou de assisti-la durante esses conclaves? Não é menos absurdo nem menos insultuoso a Deus porque se os homens podem ser infiéis, o próprio Cristo é fiel; Ele não pode negar a Si mesmo.

Ora, Ele prometeu aos Apóstolos e seus sucessores "que estaria com eles **todos os dias** até o fim dos tempos." (Mt XXVIII, 20), isto é, até o fim do mundo. E em outro lugar: "Onde dois ou três estiverem reunidos em Meu Nome, aí estarei Eu, no meio deles" (Mt XVIII, 20). Cristo não podia, portanto, abandonar os cardeais reunidos para a eleição do seu representante na terra. Foram os cardeais que abandonaram Cristo elegendo homens que o odiavam, como o próprio autor da Tese reconhece isso quando os declara privados, pela vontade de Deus, do direito de governar a Igreja porque que eles são contra Cristo²⁹.

30. Nestas condições, como pode o mesmo autor sustentar que estes homens ocuparam a Sé Apostólica não apenas de fato, mas de direito²⁸? Que homem poderia ter o direito de ocupar a sé e o trono de Pedro, se Deus lhe negou o direito de ensinar e governar sua Igreja²⁹? Pois a sé supõe o direito de ensinar, e o trono, a de reinar. Além disso, quem, sim, quem tem o direito de se opor à vontade de Deus? Outra pergunta: quem, a menos que você seja inimigo de Deus, ousará pretender conferir tal direito? Além disso, tal direito é pertence ao reino do irreal; é uma quimera, tipo o pseudo direito à liberdade de consciência e religião; e é inútil tentar fazer com que a Igreja assuma a

responsabilidade da comparação deste poder mentiroso com os piores inimigos de seu Deus e Salvador, Jesus Cristo. **A Igreja não é não em rebelião contra o seu Líder, não fez a sua Revolução de Outubro, ao contrário do que se imagina, em sua cegueira, o Padre Congar. A Igreja e Cristo são um; Este é um grande mistério** (Ef V, 31-32; I, 23; Col Eu, 24).

OS PONTÍFICOS HERÉTICOS SÃO OS ELEITOS DOS HOMENS

31. Não podemos, portanto, se esquivar desta alternativa: os últimos pontífices foram escolhidos por Deus ou pelos homens; não há uma terceira possibilidade. Ora, a Escritura ensina claramente que, através das assembleias do clero e dos fiéis, somente Deus nomeia os pastores do Seu povo. Na verdade, nenhum homem, como tal, pode conferir nem “arrogar-se esta dignidade; é chamado por Deus, como Aarão” (Hb V, 4). O próprio homem Jesus Cristo “não atribuiu-se a glória de se tornar sumo sacerdote; Não, foi Ele quem lhe disse: “Tu és sacerdote para a eternidade, segundo a ordem de Melquisedeque.” (Sl CIX, 4; He V, 5). São Marcos relata que Jesus Cristo “subiu ao monte e chamou aqueles (seus discípulos) que Ele **queria** (é como Deus que Cristo age aqui); Ele designou doze deles para serem companheiros e enviá-los a pregar” (III, 13-14). “Fui Eu”, diz-lhes em outro lugar, “que vos escolhi e vos estabeleci” (Jo XV, 16). É Deus quem, na assembleia de cento e vinte fiéis presidida pelo apóstolo Pedro, designou Matias para ocupar no ministério apostólico o cargo que Judas havia abandonado (cf. At 1,23-26); Foi Deus quem estabeleceu todos os bispos. “Tenha cuidado com vós mesmos, disse Paulo aos pastores da igreja de Éfeso e a todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo vos colocou bispos para governar a Igreja de Deus” (Atos XX, 28). **A escolha dos eleitores, seja um conclave ou uma capítulo, portanto expressa a vontade de Deus, não a vontade dos homens.** O Catecismo de São Pio X recorda esta verdade da fé divina e católica: “O poder que os membros da hierarquia eclesiástica têm não provém do povo, e seria **heresia** dizer isso. Ela vem **somente** de Deus” (Cap. X, § 3) (Mt XXVIII, 18-19; Jo XX, 21; XXI, 15-17).

Assim escreve Pio XII na sua Constituição “*Vacantis apostolicæ Sedis*”, sobre a eleição do Romano Pontífice³⁸: “Nós oramos pelo escolhido, Nosso herdeiro e sucessor, assustado pela dificuldade do encargo, para que não se recuse a assumi-lo, mas a antes, submeter-se humildemente ao desígnio da vontade divina; pois **Deus que impõe o fardo** também colocará a mão sobre ele, para que o escolhido não fique impossibilitado de carregá-lo. Na verdade, Aquele que dá o fardo e a carga é Ele mesmo o auxiliador da gestão e para que a fraqueza

não sucumba à grandeza da graça, Aquele que conferiu dignidade dará força” (Cap. VI, 99).

32. Só é Deus quem confere a dignidade de Sumo Pontífice, como a Igreja infalivelmente ensina, como poderia o homem a quem ele havia conferido isso pela graça ser ao mesmo tempo privado por Deus da graça e poderes constitutivos do pontificado soberano, segundo a hipótese de Cassiciacum? Deus seria contra Deus? Haveria nEle duas vontades? Isso exigiria admitir dois deuses, nenhum dos quais seria verdadeiro. Em suma, esta suposição de um Deus em contradição consigo mesmo, de um Deus dividido em dois, despedaçado e conseqüentemente destruído, aniquilado, é monstruosa. Ela constitui, porém, o resultado lógico e inevitável das premissas colocadas pelo autor que, a nosso ver, não mediu as suas conseqüências.

33. Dissemos acima que os pontífices heréticos que saíram dos últimos conclaves ou foram escolhidos por Deus ou por homens. "*Tertium non datur*". Mas eles não foram escolhidos por Deus, nós provamos isso.

Resta que eles são os eleitos dos homens.

Ora, uma assembleia cujos membros se rebelaram contra Deus não merece o nome de conclave; é **banditismo**, e a eleição de um papa feita nessas condições só pode ser **nula**, não realizada e sem efeito; não pode conferir a ninguém qualquer “determinação legal”⁴⁹, qualquer direito^{28,49}, qualquer prerrogativa²⁸, qualquer título de qualquer tipo²⁸, nenhum poder, dizemos: **nenhum**, nem mesmo o “poder de ser papa” ou de se tornar um, ao contrário de ao que afirma o inventor do papado potencial²⁸, que parece não ter percebido que ao afirmar a validade de conclaves cujos eleitos não foram designados pelo Espírito de Deus, como deveriam ter sido, ele tomou o lado do homens contra seu Deus.

UM SOFISMA COMPLEXO

34. Este erro resulta do **sofisma complexo** em que o autor baseou seu sistema.

Nós chamamos isso de complexo porque contém outras falácias.

Para explicar como o ocupante da Primeira Sé (neste caso Montini) pode não ser papa, embora pareça permanecer como tal⁶, o autor o considera sob duas relações diferentes, levando em conta os fatos em um caso, enquanto os ignora no outro. O problema assim colocado, o autor fornece duas respostas não apenas **diferentes** (o

que poderia ser legítimo, dada a alteridade das relações), mas **contraditórias**, o que não é justificável.

35. Por um lado, de fato, e para sustentar a sua afirmação: “o ocupante não é formalmente papa”⁶, ou seja: ele tem sido privado por Jesus Cristo do direito de governar a Sua Igreja⁵², o autor considera o assunto do ponto de vista teológico⁵³ ou, como diz em outro lugar um dos seus discípulos, em relação à **Fé**⁷.

Além disso, ele leva em conta os **fatos** aqui presentes, ou seja, a heresia habitual e publicamente ensinada pelo ocupante desde sua eleição.

36. Por outro lado, e numa tentativa de sustentar a sua opinião, segundo a qual “o ocupante é e continua a ser materialmente papa”⁶ e consequentemente pode ser papa sem o ser atualmente, o autor considera o mesmo ocupante em relação a não mais de fé, mas de **direito**⁵, neste caso de direito canônico⁵⁵, pois, nesta perspectiva, é o conclave cuja validade deriva do poder canônico⁵⁵ que conferia ao eleito o direito de ocupar a Sé Apostólica⁵.

Aqui o autor **ignora completamente os fatos**, isto é, a heresia publicamente ensinada por Montini antes de sua eleição. Esta única omissão, que pode ser explicada pelo desejo do autor de ocultar, para efeitos da sua hipótese, a inelegibilidade de um modernista notório, priva-o de qualquer caráter científico e remove toda a credibilidade.

Isso é realmente um sofisma de indução que tem sua origem em uma má observação dos fatos⁵⁶.

UM ERRO DE RACIOCÍNIO

37. Além disso, o autor considera Montini um papa em potencial que ocupa a Sede de Pedro não apenas de fato mas por direito^{4, 5}, mas isso é um absurdo; para um sujeito que pode ser papa (mas não é realmente) pode, sim, **só pode** ocupar esta Cadeira por direito; ele não o ocupa realmente por direito.

O mesmo se aplicaria a um noivo, que pode ser definido como o potencial marido daquela que prometeu se casar com ele; é contra toda a lei que ele se instale na casa dela. Mesmo que tivesse sido um papa material, Montini não tinha nada a procurar no Vaticano. “*Operatio sequitur esse*”.⁸

DIREITO CANÔNICO VERDADEIRO E FALSO

38. Além disso, o autor^{5, 55} e seus discípulos^{5, 49} invocam o direito canônico para tentar legitimar a permanência, à testa da Igreja, de um papa privado por Deus do direito de governá-la²⁹, mas tal pretensão se opõe a esse mesmo direito canônico, já o demonstramos acima (§ 20, § 22).

Pois nos próprios termos do cânon 219 (§ 22), que o autor se esquece de citar, o Romano Pontífice “obtem por direito divino **imediatamente** (*statim*) após a aceitação da sua eleição, “todo o poder da jurisdição suprema”, se ele fosse “legitimamente eleito” (*legitime electus*). Nem Montini nem Wojtyla obtiveram esse poder por direito divino; portanto, não foram “eleitos legitimamente”; eles são, portanto, na mente do Legislador eclesiástico, **USURPADORES**.

DIREITO DIVINO E DIREITO ECLESIÁSTICO

39. Além disso, o que é esse direito canônico supostamente oposto⁵ ao direito divino²⁹? Se, em circunstâncias imprevistas, extraordinárias, uma lei eclesiástica não poderia ser aplicada sem a transgressão de uma lei divina (o que não é não é o caso neste caso, como vimos: § 20, § 21, § 22, § 23, § 37), tal aplicação não poderia ser feita sem pecado sério, sendo a razão de ser do direito eclesiástico apenas facilitar aos fiéis o serviço de Deus e a observância da lei divina para a salvação. Além disso, a lei puramente eclesiástica é circunstancial, e a lei divina, eterna. A Igreja, como todas as coisas, só subsiste por meio de Deus que prevalece sempre, em todo lugar e sobre tudo.

UMA PETIÇÃO DE PRINCÍPIO

40. Recordemos também que é em virtude desta lei eclesiástica, falsamente concebida como oposta à lei divina, (§ 38), que, segundo os defensores do sistema, Montini tem o poder de ocupar a Sede de Pedro sem ser um verdadeiro papa. Agora isso, esse poder, esse direito, foi-lhe conferido pelos cardeais que o elegeram. Isso resulta no que já apontamos acima (§28), ou seja, que é na **validade** da eleição do ocupante do assento que se baseia esta conclusão inédita que, diz-se, “se impõe absolutamente”⁵⁰ e segundo a qual o ocupante da Sé Apostólica “permanece por direito um papa em potencial”^{5, 49, 50}, portanto não papa de direito.

Contudo, o autor também admite que a validade desta eleição é uma aparência, uma simples **não-impossibilidade**⁵⁴; em suma, que está em questão⁵⁷. Por outras palavras, o autor toma como **princípio** da sua demonstração o direito de um papa em poder de ocupar a Sé Apostólica em virtude de sua **eleição**, isto é, a coisa mesmo que seja necessário demonstrar, "*id quod ab initio ad demonstrandum propositum est*"⁵⁸, neste caso, a validade desta **eleição**. Esta é a petição de princípio relatada acima (§ 28).

UM CÍRCULO VICIOSO

41. Além disso, na argumentação dos proponentes da Tese, esta petição de princípio é dupla porque pode assumir a forma de outra falácia dedutiva, o círculo vicioso que consiste em demonstrar duas proposições uma pela outra que também necessitam de uma demonstração⁵⁹. Eles provam assim a existência de um papa potencial pelo direito de Montini de ocupar a Primeira Sé em virtude de sua eleição e estabelecer implicitamente a validade desta eleição sobre o fato de que Montini, aparentemente ocupando por direito a primeira Sé, poder ser papa e, por consequência, ser papa em potencia.

UM ARGUMENTO FALACIOSO

42. A este respeito, deve-se acrescentar que os defensores da Tese recorreram a um método especioso de argumentação, frequentemente usado por pensadores modernos, como Teilhard de Chardin e os transformistas em geral, que consiste em passar sub-repticiamente, através de uma sequência graduada de diferentes expressões com significados semelhantes, de uma hipótese (às vezes fantasiosa) a uma conclusão arbitrária declarada à maneira de um dogma.

Então, no caso que nos interessa, começamos por colocar esta premissa "que **não é impossível** que o conclave de onde Wojtyla foi eleito tenha sido válido⁵⁴"; daí deduzimos que este conclave é **aparentemente** válido, então válido "segundo **todas** as aparências⁵³" e consequentemente válido, sim, certamente **válido**, esta última afirmação "sendo imposta não apenas de fato, mas de direito e **absolutamente**"⁵. Esta é a conclusão surpreendente dos nossos lógicos defensores da Tese.

UMA CONSEQUÊNCIA INACEITÁVEL: A NEGAÇÃO DA UNIDADE DE DEUS

43. Este **raciocínio capcioso**, ou um só dos sofismas resolvidos acima (§ 36, § 37, § 40, § 41) bastariam para reduzir à nada a hipótese de um papa material ocupar de direito a Sé Apostólica, sem sequer falar da incompatibilidade de esta hipótese com as leis divinas e eclesiásticas que regem a eleição do Romano Pontífice (supra § 12, § 20, § 22) (Cân. 219)³⁸. Voltaremos a esse aspecto da questão mais tarde.

Por enquanto devemos nos perguntar por que esse argumento falho leva a uma conclusão que não é apenas **absurda**, mas **blasfematória**, segundo o qual Deus se oporia a Si mesmo, como vimos acima (§ 32).

44. Lembremos a posição do problema. Por um lado, os defensores da Tese consideram o ocupante do assento em relação à **fé**⁷ e **tendo em conta** a heresia por ele manifestada desde a sua eleição¹ (§ 34, § 35), e concluem daí que o ocupante não é formalmente papa, tendo Jesus Cristo recusado-lhe o poder da jurisdição suprema^{6, 52} (supra § 34, § 35).

Por outro lado, consideram ou pretendem considerar o mesmo assunto do ponto de vista do direito, e sem levar em conta a heresia por ele manifestada antes de sua eleição⁶ (§ 36); desta vez eles concluem que ele existe como um papa material, ocupando a Sede de Pedro não apenas de fato, mas de direito^{5, 50}.

Em outras palavras, num caso eles têm consideração pela vontade de **Deus**, enquanto no outro não têm qualquer preocupação com ela, tendo aparentemente esquecido que os bispos, *a fortiori* o de Roma, são designados pelo Espírito Santo (Atos XX, 28) (§ 31, § 32, § 33).

Segundo o seu raciocínio, o Espírito, tendo abandonado a Igreja no momento do conclave, tê-la-ia entregue voluntariamente aos inimigos da verdade; dizemos: **voluntariamente**, porque é inconcebível que Deus não soubesse o que estava fazendo.

Nesse caso Cristo, que aqui intervém somente depois do conclave, rejeita a escolha à qual o Espírito de Deus não poderia ter concordado; ele rejeita, portanto, a escolha de Seu Pai que, nesta perspectiva aberrante, tanto maniqueísta quanto triteísta, teria agido no conclave contra Seu próprio Filho. É a isso que a discussão leva, aparentemente sem que ninguém queira: uma argumentação especiosa concebida no desejo de impor uma nova opinião sem fundamento na realidade.

A TESE CONTÉM OUTROS ERROS DE RACIOCÍNIO

45. Nosso estudo seria muito longo se tivéssemos que listar todos os erros de raciocínio que a hipótese de Cassiciacum contém; na maioria das vezes, elas se encaixam um dentro do outro, como bonecas russas.

É assim mesmo, nós o vimos, a partir do sofisma complexo que desmantelamos (supra § 34 sq).

Outro exemplo de erro, que demonstra particularmente a inadequação do pensamento do autor à realidade, é encontraria no que ele diz sobre seu papa material, ou seja, que ele é "um sujeito imediatamente capaz de se **tornar** papa *formaliter* se renunciar aos seus erros³²" (§ 15).

Já estabelecemos a **impossibilidade absoluta** de que haveria para o ocupante da Sé para se tornar novamente o que nunca poderia ser (§ 14, § 15, § 16): um verdadeiro papa.

Mas descobrimos outro entorse à lógica nesta proposição.

Supondo que um todo composto de uma matéria secundária e uma forma accidental venha a ser destruído, essa matéria nem sempre retornaria ao que era antes de receber a forma. Exemplo: de um bloco de mármore um escultor tem puxou uma estátua que foi então quebrada em vários pedaços; a esses detritos, a esses restos de mármore o escultor não pôde não restaurar a forma original da estátua.

Outro exemplo: um bispo residente abandona publicamente a fé ortodoxa; pelo mesmo fato, ele abdica tacitamente, em virtude da lei (Cân. 188 § 4), de sua autoridade e de seu assento que fica vago sem nenhum procedimento.

Ora, a heresia manifesta priva este bispo não só da forma ordinária do lugar (forma constituído pelo ofício e pelo poder de jurisdição, sendo o poder de ordem, ele próprio, indelével, como sabemos, e não podendo então ser destruído), mas ainda a forma de membro da Igreja.

O bispo desviante, portanto, não retorna ao que era antes de sua nomeação; ele não é mais filho da Igreja.

"*Mutatis mutandis*", o mesmo poderia ser dito de Paulo VI ou João Paulo II, assumindo que eles tinham recebido inicialmente de Deus a forma do papado⁶⁰.

Uma vez caídos, eles obviamente não teriam nem recuperaram o seu estatuto de papas potenciais, de "papabili", membros do Sagrado Colégio, mas, doravante, privados de todo o poder, de toda a dignidade e de todo o cargo, eles teriam sido colocados (como de fato são e foram por causa de sua heresia mesmo antes de sua entronização) **fora da Igreja**.

Segue-se que um sujeito acidentalmente privado de uma forma adventícia, adicionada, não retorna necessariamente à sua forma anterior. Por esta razão não menos do que pela que nós já dissemos anteriormente (§ 14, § 16) que a suposição do autor é gratuita. Mas deixemos de lado as imprecisões e ambiguidades que fervilham no sistema.

UM PAPA INCAPAZ DE SER PAPA

46. Voltemos à sua ideia central da existência de um papado potencial. Já comprovamos suficientemente que o ocupante da Sé, não só nunca recebeu de Deus a forma do pontificado supremo (§ 14, § 15, § 16), mas que ele **não pode recebê-lo**, que é **incapaz** disso, e que os argumentos extraídos de não sei que disposição ou intenção íntima que o herege em seu lugar ainda não teria, para finalmente receber esta forma, são apenas **devaneios**.

Nem a teologia nem a metafísica, nem o direito canônico, nem o costume da Igreja têm nada a ver com o romance, mesmo que seja psicológico (§ 17 para § 26).

Aliás, o próprio autor sublinha em vários pontos esta incapacidade do ocupante da Sede de receber Cristo a forma do pontificado. “O Cardeal Montini”, escreveu ele, “é **incapaz** de exercer o poder pontifício, porque não é mais um sujeito que é metafisicamente **capaz** disso⁶¹”. E em outro lugar: “(O ocupante da Sé) não é mais um sujeito que é metafisicamente capaz de receber a comunicação do *ser com* o poder exercido por Cristo (isto é, a comunicação do poder da jurisdição suprema); e como esta comunicação **não pode ser** recebida, ela não é exercida⁶²”.

Em suma, o autor reconhece explicitamente que o ocupante da Sé Apostólica é incapaz da forma do papado.

47. Se assim for, o mesmo ocupante não poderá ser comparado a uma matéria capaz de receber esta forma “*non fit quod libet ex quocumque*”⁶³.

Com efeito, a matéria é, por definição ordenada à forma; ela está ao seu serviço, nós dissemos e repetimos (§ 11, § 16).

Mas o autor admite que Montini e Wojtyla são “lobos”⁶², “progressistas, isto é, na verdade, hereges”⁸ que destroem a Igreja⁶².

Não são, portanto, analogicamente falando, a matéria apropriada, e não se poderia, sem enganar o próprio mundo, dar-lhes o nome de papas materiais, uma vez que, repitamos, pela enésima vez, significa simplesmente que **podem** receber de Deus “as chaves do Reino dos Céus” (Mt XVI, 19), que eles são dignos disso.

E, no entanto, sabemos que os proponentes da Tese afirmam que “o ocupante da Sé Apostólica continua sendo o papa materialmente⁵⁰”.

Segue-se que, segundo a sua doutrina, o ocupante da Sé é ao mesmo tempo capaz e incapaz da forma do pontificado, que ele pode e não pode ser papa ao mesmo tempo. Mas “afirmar e negar *simul impossibile est*”. É impossível dizer sim e não juntos.

OBJEÇÃO

48. Para negar a contradição interna a que se reduz a tese de Cassiciacum, dir-se-á que não está **sob a mesma relação** que o ocupante pode e não pode receber a forma do papado? que aqui, pelo menos, não há absurdo?

É o que pode parecer numa primeira leitura de certas proposições. Quando dizemos, p. ex., que o ocupante da Sé “não é um sujeito **metafisicamente** capaz de receber o poder pontifício”^{61,62}, é claramente considerado ocupando-o no aspecto metafísico ou, como diz o autor em outro lugar, teológico⁵³, isto é, da fé⁷.

Por outro lado, ao afirmar que o mesmo ocupante “permanece **por direito** papa material”^{5,50}, parece considerá-lo sob o aspecto jurídico. Dizemos: parece que se considera isso, e não considera-se isso; porque a lei aqui referida não é nem lei divina nem lei eclesiástica, o que quer que se diga em outro lugar⁴⁹. Na verdade, as palavras “direito” e “jurídico” que usamos^{5,49,50} são vazios de sentido, como resulta do que foi previamente estabelecido a este respeito (§29 a §33 e §20, §22, §23, §31, §38), mas para maior clareza vamos agora resumi-lo.

O OCUPANTE NÃO É MATERIALMENTE UM PAPA PERANTE A LEI

49. O ocupante herético não é um papa em potencia, nem por direito divino nem por direito eclesiástico:

a) **de direito divino**, porque o Espírito Santo, que inspira a ciência, foge do engano” (Sap. I, 5) e, portanto, não é menos irracional e ímpio supor que no conclave o Espírito de Deus tivesse escolhido, para ocupar a Cátedra da verdade, um inimigo da Sabedoria deste mesmo Deus, um homem cujo “pensamento foi radicalmente corrompido pelo racionalismo ateu”¹¹ como o próprio autor observa isso, um seguidor da “doutrina teilhardiana que inevitavelmente leva ao culto do homem, não à religião revelada”¹¹. Deus não zomba de si mesmo (supra § 31, § 32, § 33, § 44);

b) **de direito eclesiástico**, porque, segundo o direito canônico (§ 20, § 22) e a Constituição “Vacantis Apostolicæ Sedis”³⁸ (§ 20), se o ocupante tivesse sido capaz da forma do pontificado, tê-lo-ia obtido “por direito divino, **imediatamente** após a aceitação da eleição” (Cân. 219) (§ 22), podendo exercer por este mesmo fato uma jurisdição plena e absoluta sobre o universo inteiro”³⁸ (§ 20).

O ocupante, como sabemos, consentiu com esta eleição. No entanto, Deus não o tornou “imediatamente”, *illico*, “um “verdadeiro Papa”³⁸; Ele não lhe deu “imediatamente” “o pleno poder de jurisdição suprema” (Cân. 219); Ele se recusou a conhecê-lo.

50. Por consequência, o ocupante da Sé não poderia obter a forma do papado; ele foi **incapaz** de fazê-lo, e de apoiar o oposto equivale a tornar Deus responsável pela ruína da Sua Igreja, o que, nesta suposição, ele teria positivamente querido privar da Sua assistência e do Seu poder na pessoa do legítimo representante eleito de um conclave, eleito capaz e digno, segundo a Tese, de ser sucessor do bem-aventurado Pedro sobre quem o próprio Deus a fundou.

Se Montini fosse capaz do papado, Deus era culpado de recusar a ele; não podemos sair de lá. **Aos defensores de Montini e Wojtyla para ver quem, Deus ou Seus inimigos, eles escolhem acusar pela causa da destruição da Santa Igreja alguém que é necessariamente culpado.**

Quanto a nós, sabemos que “mentir nunca esteve na boca de Cristo” (cf. Is LIII, 9) que disse aos Apóstolos: “Eis que estou convosco todos os dias, até à consumação séculos” (Mt XXVIII, 20) e a Pedro: “Eu te darei as chaves do Reino” (Mt XVI, 19). Nestas coisas imutáveis que são as promessas, “é impossível que Deus nos engane” (Hb VI, 18). Pois só Deus é verdadeiro, e todo homem, mentiroso.

51. Os ocupantes modernistas da Primeira Sé nunca foram, portanto, aptos a receber o poder da jurisdição suprema; eles nunca foram papas em potencial, nem em termos de fé nem em termos de direito, fosse ele lei ou não, lei divina ou eclesiástica.

É este último relatório que nos interessa aqui, uma vez que é do ponto de vista jurídico^{49, 64}, que viu (§ 48), que os defensores do sistema se colocam para afirmar a permanência de um papado potencial na Sé apostólica desde a eleição de Paulo VI^{50, 64}.

A ordem jurídica a que se referem “se expressa, dizem eles, em leis (leis eclesíásticas, Direito Canônico) e procede imediatamente da autoridade visível da Igreja”⁴⁹. Essas leis eclesíásticas (aliás, não exclusivas do direito divino) sobre a eleição do Romano Pontífice são o cânon 219 e a Constituição de Pio XII³⁸ que examinámos longamente (§ 20, § 22, § 29 a § 33, § 38, § 49 b) e que nos obrigaram a concluir pela invalidade dos conclaves de 1963 e 1978.

Mais uma vez, se Montini e seus sucessores tivessem sido “legítimos eleitos”, legitimamente eleitos, nos termos dessas mesmas leis teriam obtido por direito divino “imediatamente” após a sua aquiescência a pleno poder da jurisdição suprema (Can 219)³⁸.

Mas eles não receberam imediatamente esse poder de Deus, e isso seria um ultraje à Majestade divina supor que por capricho Ela os tivesse recusado.

Portanto, não eram legitimamente eleitos.

Assim, eles não eram aptos a ser “verdadeiros papas”³⁸, a receber “*iure divino*”, por direito divino, a forma do pontificado.

Segue-se que em relação à lei, e não apenas à lei divina, mas também à lei canónica, estes homens não são materialmente papas e, portanto, usurpam ou usurparam a Sé de Pedro.

CONCLUSÃO

52. É necessário concluir.

Como mostramos acima (§ 47, § 48), a hipótese de Cassiciacum é reduzida a uma **contradição interna**.

É de fato impossível que o mesmo ocupante da Sé Apostólica (quer se refira a Montini ou Wojtyla, não importa!) que este mesmo ocupante é ao mesmo tempo capaz e não capaz da forma do pontificado, em outras palavras, que ele pode e não pode ser papa ao mesmo tempo, e isso sob a mesma relação, aqui a de direito canônico (que inclui, repitamos, preceitos do direito divino, como o cânon 219), como mostramos.

Essa impossibilidade lógica absoluta de afirmar e negar ao mesmo tempo o ser de um sujeito sob a mesma relação se baseia em a absoluta impossibilidade ontológica da coexistência dos opostos⁶⁵.

Em poucas palavras: o ocupante modernista da Sé Apostólica não é capaz do que ele é incapaz: ser papa.

Esta é uma verdade óbvia, uma realidade, o que nos obriga a rejeitar, em virtude do princípio da não contradição que é o primeiro de todos os axiomas na ordem de conhecimento⁶⁵, **a totalidade da chamada tese de Cassiciacum**, sem prejuízo dos demais fundamentos de inadmissibilidade indicados durante esta análise.

Abreviações utilizadas nas referencias :

G Mgr M.L. Guérard des Lauriers, o.p.

L Abbé Bernard Lucien

B Abbé Hervé Belmont"

CASS "Cahiers de cassiciacum", Études de sciences religieuses, Assoc. Saint-Herménégilde, Nice 1979-1981

AUT "La situation actuelle de l'autorité dans l'Eglise", Documents de catholicité, As. Saint-Herménégilde, Nice, 1985

SLB "Sous la Bannière", A.M. Bonnet de Viller, 18260 Villegenon

BOC "Bulletin de l'Occident chrétien", 92310 Sèvres

CRI "L'exercice quotidien de la Foi dans la crise de l'Eglise", Oratoire N-D de la Sainte Espérance, Bordeaux 1984

1. G CASS 1, p. 12 et 16.

2. L AUT p. 9

3. G Cass 1, p. 37.

4. Ibid. p. 36, n° 3.

5. G CASS 1, p. 36, n° 21 – B CRI, p. 22 – L AUT, p. 27.

6. G CASS 1, p. 21.

7. L AUT p. 9 et 11.

8. G SLB, Suppl. au N° 8, Nov/Déc. 1986, p. 10.

9. G CASS 1, p. 36, n° 2.

10. Cardinal Montini, "Religion et travail," 27 mars 1960, Turin, Doc. Cath. 19/06/1960, n° 1330 - Voir l'étude de ce texte dans la Voie n° 9, p. 13 sq.

11. G CASS 1, p. 107 et 108.

12. L CASS 2, p. 85.

13. Ibid. p. 86.

14. S. Robert Bellarmin, "De Romano Pontifice" Lib. II, cap. XXX.

15. "Déclaration de Mgr Guérard des Lauriers," BOC n° 84, Octobre 1983.

16. G CASS 1 p. 79 et 82.

17. S.Th. Ia, 12, 8.

18. "De mente vel intentione, utpote per se quiddam est interius, Ecclesia non iudicat ; at quatenus extra proditur iudicare ea debet" Léon XIII, Encycl. "Apostolicæ curæ", 13 septembre 1896, Denz. 3318.
19. "De Romano Pontifice," op. cit. Lib. II, cap. XXX.
20. Cf. Aristote, "Physique," II, 2, 194 b 9 et passim.
21. Aristote, "De anima," II, 2, 414 a 25.
22. S. Augustin, "De natura boni," XVIII, 18.
23. Xavier Da Silveira, "La Messe de Paul VI : qu'en penser ?" : "C'est une opinion commune que l'élection d'une femme, d'un enfant, d'un dément ou de ceux qui ne sont pas membres de l'Église, c'est-à-dire les non baptisés, les apostats, les hérétiques et les schismatiques, est nulle par la loi divine." Sipos-Galos, "Enchiridion Iuris Canonici" : "Eligi potest (sc P.R.) quodlibet masculinum, usu rationis pollens, membrum Ecclesiae. Invalide ergo eligerentur feminæ, infantes, habituali amentia laborantes, non baptizati, hæretici, schismatici. Pour être élevé au Souverain Pontificat il faut donc être "de sexe masculin, avoir l'usage de sa raison et être membre de l'Eglise. Sont donc invalides les élections de femmes, d'enfants, de déments, de non baptisés, d'hérétiques et de schismatiques". Plöchl, "Lexikon für Theologie und Kirche", 1963, T. VIII, col. 60/63 : "Wählbar ist ein getaufter, männlicher, rechtgläubiger Katholik, ausgenommen Unmündige u. Geisteskranke" Est donc éligible "un catholique baptisé, de sexe masculin, orthodoxe, à l'exception des mineurs et des aliénés". Après la doctrine commune des théologiens et canonistes, il convient de rappeler l'enseignement du Magistère. Le pape Paul IV, dans sa Constitution apostolique "Cum ex Apostolatus Officio", du 15 février 1559, définit comme nulle, non valide et de nul effet l'élection d'un homme qui a dévié de la foi catholique. Voir notre étude dans La Voie, N° 6, 7, 9, 10, 11, 12, "Portrait d'un papabile : J.B. Montini".
24. G CASS 1, p. 88, 107, 108.
25. Ibid. p. 88.
26. L AUT, p. 31.
27. Karol Wojtyła, "Aux sources du renouveau", Étude sur la mise en oeuvre du Concile Vatican II, Le Centurion, Paris 1981 - Édition originale parue en langue polonaise sous le titre "U podstaw odnowy, Studium o realizacji Vaticanum II", Krakow 1972.
28. G CASS 1, p. 36, n° 3 et note 21 - L AUT p. 53.
29. G CASS 1, p. 37 et note 22.
30. L CASS 2, p. 86 et passim.
31. G CASS 1, p. 9, 12, 16 et 68 à 71.

32. Ibid. p. 90.
33. Cf. S. Th. 1, 48, 4.
34. L CASS 2, p. 84.
35. L CASS 2, p. 86 - G CASS 1, p. 76 et 78 b) 1.
36. G CASS 1, p. 50.
37. S.Th. I - II, 6, 1.
38. Constitution "Vacantis Apostolicæ Sedis", 8 décembre 1945, AAS Pie XII, T. VII, p. 276,
 Cap. VII, 101 : "Hoc consensu prestito intra terminum, quatenus opus sit, pendentis arbitrio Cardinalium per maiorem votorum numerum determinandum, illico electus est verus Papa, atque actu plenam absolutamque iurisdictionem supra totum orbem acquirit et exercere potest".
 Cap. VI, 99 : "Electum vero heredem et Successorem Nostrum rogamus, ne numeris arduitate deterritus ab eodem subeundo se retrahat, at potius divinae voluntatis consilio humiliter se subiiciat : nam Deus qui imponit onus, manum etiam Ipse supponet, ne ei ferendo sit impar ; is enim qui oneris est auctor, Ipse est administrationis adiutor ; et ne sub magnitudine gratiae succumbat infirmus, dabit virtutem qui contulit dignitatem."
39. Voir notre série d'articles "Portrait d'un papabile" dans La Voie, N° 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12.
40. S.Th. I-II, 111, 1.
41. Assim, São João nos diz que Caifás "como sumo sacerdote profetizou que Jesus deveria morrer pela nação, e não somente pela nação, mas também para trazer de volta à unidade os filhos de Deus dispersos" (XI, 51, 52), mas, especifica o Evangelista, Caifás "não disse isso de si mesmo, mas porque era sumo sacerdote naquele ano" (Ibid.).
 Lemos também no Catecismo do Concílio de Trento: "Os bens comuns a todos (na Igreja) não são apenas os dons que nos tornam justos e agradáveis a Deus. São também graças concedidas gratuitamente, como a ciência, o dom da profecia, o dom de línguas e de milagres, e outros dons da mesma natureza. Esses privilégios, que às vezes são concedidos até mesmo aos ímpios, nunca são concedidos para ganho pessoal, mas para o bem e a edificação de toda a Igreja" (Cap. X, § 10). Também podemos consultar Santo Tomás de Aquino, S. Th. I-II, 111, 1, sol. 2 e 3.
42. S. Augustin, "De gratia et libero arbitrio," cap. 17 - S. Th. I-II, 111, 2 - Concile de Trente, sess. VI, cap .7, Denz. 798,799, 819.
43. S. Augustin, Sermo 169.
44. S. Th. I-II, 111, 4.
45. G CASS 1, p. 48, 49.

46. S. Th. I-II, 110, 4, concl. I-II, 111, 5, sol. 2.
47. S. Thomas d'Aquin, "La grâce," Ed. du Cerf , Paris 1961, Note explicative de Ch.-V. Hérís O.P. n° 55, p. 290, 291.
48. G CASS 1, p. 108 - G CASS 3-4, p. 144.
49. L AUT p. 27 - B CRI p. 22.
50. L AUT p. 28.
51. Ibid. p. 18 et 53.
52. G CASS 1, p. 37.
53. Ibid. p. 22.
54. G CASS 3-4, p. 144.
55. G CASS 1, p. 23.
56. Cf. F.-J. Thonnard, A.A, "Précis de philosophie," Desclée & Cie, Paris 1960, p. 112.
57. G CASS 1, p. 108.
58. Aristote, "Anal. pr." II, 16.
59. Régis Jolivet, "Traité de philosophie," Ed. Emmanuel Vitte, Paris 1965, p. 129 sq.
60. Paul IV, Const. "Cum ex Apostolatus Officio," 1559.
61. G CASS 1, p. 39.
62. G CASS 1, p. 56 et 92, note 66.
- 63 Saint Thomas d'Aquin, Comment. d'Aristote, "In XII Métaph."
64. L AUT p. 53.
65. Cf. Aristoteles, Métaphysique, G 3, 1005 b 10 à 35 et G 4, 1006 a 1 à 15.

tradução: Roberto Elias Costa, SP, 2025.